



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

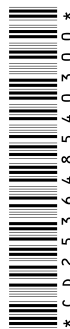
REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos acerca da recusa do Governo Federal em autorizar o emprego das Forças Armadas no apoio às operações de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **CONVOCAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, para comparecer a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a fim de prestar esclarecimentos sobre a negativa do Governo Federal em autorizar o emprego das Forças Armadas no apoio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro nas operações de enfrentamento ao crime organizado.

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

O presente requerimento tem por objetivo apurar informações de alta relevância institucional relacionadas à segurança pública e à cooperação federativa no combate às organizações criminosas no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo reportagem publicada pela *Gazeta do Povo* em 28 de outubro de 2025¹, o Governador Cláudio Castro afirmou que o Governo Federal teria negado o emprego das Forças Armadas no apoio às operações de combate ao tráfico de drogas e ao domínio territorial exercido por facções criminosas em comunidades do estado.

A referida negativa, caso confirmada, revela grave omissão na coordenação federativa da segurança pública nacional, especialmente diante da escalada da violência e do domínio armado de territórios urbanos por facções criminosas. O Rio de Janeiro vive situação de conflito interno permanente, com repercussões diretas sobre a soberania estatal, a integridade das forças policiais e a segurança da população.

Conforme noticiado², a operação policial realizada nos Complexos do Alemão e da Penha resultou na morte de 4 policiais, prisões e apreensão de vasto armamento. A ação evidenciou o grau de enfrentamento entre o poder público e organizações criminosas de alta periculosidade, com uso de drones, barricadas e armamento pesado pelos criminosos. Esse cenário reforça a urgência de atuação coordenada entre os entes federativos e o apoio efetivo da União, inclusive com o eventual emprego das Forças Armadas, nos termos da Constituição e da Lei nº 13.675/2018.

A Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), determina que a atuação integrada entre os entes federativos é dever do Estado brasileiro, especialmente em casos de crise de segurança pública com potencial de repercussão nacional. A eventual negativa injustificada de apoio das Forças Armadas pode configurar violação a esse dever constitucional de cooperação.

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/governador-rio-governo-lula-negou-ajuda-forcas-armadas-acao-contra-traffic/>

² <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/operacao-no-alemao-deixa-mortos/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Assim, impõe-se a esta Comissão convocar o Ministro da Justiça e Segurança Pública para que esclareça os motivos da negativa, indique as medidas efetivamente adotadas pelo Governo Federal para apoiar o Estado do Rio de Janeiro e apresente as diretrizes atuais da Pasta no enfrentamento às organizações criminosas de atuação territorial, cujas práticas configuram **autênticas atividades de natureza terrorista**, pela utilização sistemática da violência armada, da intimidação coletiva e do domínio coercitivo de comunidades inteiras, com o propósito de subverter a ordem pública, constranger o poder público e impor controle territorial paralelo ao Estado.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

